



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO**  
**COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

## **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (ARTIGO)**

No dia 04 do mês dezembro de 2019, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis (artigo) do(s) discente(s), Matheus dos Santos Bento. Intitulada: Aplicação de Conhecimentos Contábeis na Gestão de Finanças Pessoais. Compuseram a banca examinadora os professores, MSc. William Scoralick (Professor Orientador), MSc. Joycet Ramirez Ruano (Banca), Esp. Maria Rita Silvino Pessoa (Banca). Após a exposição oral, os discentes foram arguidos pelos membros da banca, que ao final deliberaram pela seguinte nota 10,0.

Orientador(a)

Avaliador 1

Avaliador 2

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MATHEUS DOS SANTOS BENTO**

**APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTÁBEIS NA GESTÃO DE FINANÇAS  
PESSOAIS**

**MANAUS - AM**

**2019**

**MATHEUS DOS SANTOS BENTO**

**APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTÁBEIS NA GESTÃO DE FINANÇAS  
PESSOAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas – UEA como requisito para obtenção do título de Graduação.

Orientador: Prof Msc William Scoralick

**MANAUS - AM**

**2019**

# APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTÁBEIS NA GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS

Matheus dos Santos Bento<sup>1</sup>

William Scoralick<sup>2</sup>

## Resumo:

O objetivo do referido trabalho é apresentar ferramentas contábeis utilizadas no controle e gestão do patrimônio das empresas e viabilizar sua aplicação em conexão com a realidade de pessoas físicas, visando a manutenção do seu patrimônio. As ferramentas contábeis quando aplicadas de maneira satisfatória no controle do patrimônio apresentam dados relevantes que guiam os dirigentes na adoção de políticas de gestão patrimonial, e, durante o seu desenvolvimento, o planejamento e orçamento contribuem para o controle mais detalhado dos gastos que ocorrerão no processo. De maneira similar funciona as finanças de uma pessoa física em menor grau de complexidade. Os indivíduos assim como as empresas, possuem receitas e gastos que se não bem administrados ou acompanhados, podem afetar de maneira negativa o agente. Para este trabalho adotou-se a pesquisa bibliográfica juntamente com a abordagem qualitativa com viés exploratório pois melhor atendiam as necessidades para desenvolvimento do objetivo geral, ao adaptar as demonstrações contábeis à realidade da pessoa física, é possível utilizá-las para contribuir no controle do seu patrimônio que juntamente com o orçamento e o planejamento financeiro, dão destaque mais significativo às finanças pessoais.

**Palavras-Chave:** Finanças Pessoais, Contabilidade, Demonstrações Contábeis.

## INTRODUÇÃO

A gestão financeira é acompanhada de perto nas grandes empresas objetivando um controle eficiente e aplicado de forma contínua, sendo feitas revisões e manutenção quando necessário. Tal rigidez é importante para um desenvolvimento saudável e estável das empresas. Acompanhando essa tendência na administração de pessoas jurídicas, é possível traçar um paralelo com pessoas físicas onde o papel da empresa pode ser feito pelo indivíduo que utilizará os instrumentos à sua disposição para gestão de seu patrimônio e o controle

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, bentomatheus08@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador: Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, wm.scoralick@hotmail.com

financeiro seria exatamente o acompanhamento da entrada de seus recursos e seus gastos e/ou aplicações.

Partindo deste princípio podemos observar que apesar dos avanços em conhecimentos de modo geral na sociedade bem como a ampliação das maneiras de difundir informações, é raro encontrarmos pessoas com plena noção referente a seu orçamento. São desconhecidas pela maioria, as ferramentas que podem ser utilizadas para controle financeiro. Os indivíduos inseridos na sociedade contemporânea são constantemente apresentados a novas formas de consumo e essa velocidade de criação de conteúdo e demanda para acompanhar o avanço mercadológico dificilmente está associada com a realidade financeira de maneira saudável.

Alinhando essas informações é traçado um cenário preocupante onde indivíduos não possuem perspectiva de investimento para crescimento de seu patrimônio, não controlam seus gastos, há ausência de acompanhamento de ganhos e conseqüentemente um total desconhecimento sobre o estado de seu patrimônio e como seguir com a manutenção do mesmo. Juntamente com essas características temos indivíduos que geralmente possuem uma única fonte de renda, inseridos em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e muitas vezes sem a estabilidade de um emprego formal.

Portanto nota-se a necessidade de ampliação do debate referente a finanças pessoais. É necessário entendimento da relação entre planejamento e orçamento e o endividamento, bem como a importância da educação financeira para desenvolvimento e melhor aplicação dos recursos disponíveis. Sendo a contabilidade fonte de informações valiosas para gestores das empresas ela também pode contribuir para auxílio dos indivíduos que buscam organizar suas finanças. Utilizando-se algumas das ferramentas de controle desta ciência, é possível iniciar e desenvolver o acompanhamento dos gastos e receitas e o controle e manutenção do patrimônio.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE**

Ao longo da história humana foram desenvolvidas técnicas e habilidades visando à execução de tarefas de maneira mais fácil e prática. Com o controle das posses (bens) não foi diferente. A contabilidade surgiu para auxiliar a gestão do patrimônio e foi aperfeiçoada ao

longo do tempo. Para Ribeiro (2013, p. 10) “A contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas”. Em sua concepção, Silva (2007, p. 18) expande a área de atuação da contabilidade, apresentando como sendo “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade ou pessoa física.”, podendo-se concluir que a contabilidade utiliza ferramentas para controle do patrimônio e possui meios para apresentar informações referentes a mutação deste patrimônio, permitindo a tomada de decisões e ações visando a melhor rota a ser adotada na empresa, ou pela pessoa física.

## 1.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para cumprir com o papel de fornecer dados referentes ao patrimônio, a contabilidade utiliza-se de técnicas que segundo Montoto (2018, p. 44) “são os procedimentos práticos utilizados para a coleta de dados (captação), para o registro de forma acumulada desses dados nos livros contábeis, para a elaboração (demonstrações financeiras), bem como suas análises e checagens.” As técnicas contábeis são: escrituração, demonstrações contábeis, auditoria e análise das demonstrações.

Ainda segundo Montoto (2018) as demonstrações contábeis correspondem à resumos concebidos em forma de relatórios referentes aos fatos contábeis ocorridos. Dentre as demonstrações utilizadas para controle destacaremos o balanço patrimonial (BP), a demonstração do resultado do exercício (DRE) e a demonstração dos fluxos de caixa (DFC).

### 1.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial reúne o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa representando sua situação patrimonial. Os bens e direitos compõem o Ativo em um balanço patrimonial e são listados de forma decrescente o grau liquidez, ou seja, a capacidade de reverter aquele ativo em dinheiro. O lado Passivo é composto pelo conjunto de obrigações e o patrimônio líquido como sendo a diferença entre o Ativo e as obrigações. Apresentamos na figura 1, a estrutura do Balanço Patrimonial segundo a Lei 11.941/09:

**Figura 1 – Balanço Patrimonial – Lei 11.941/09**

BALANÇO PATRIMONIAL - Lei 11.941/09	
ATIVO	PASSIVO
I - Ativo Circulante	I - Passivo Circulante
II - Ativo Não Circulante	II - Passivo Não Circulante
Realizável ao Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Lucros/ Prejuízos Acumulados

Fonte: Silva e Silva (2016) adaptado pelo autor.

A NBC TG 26 (R5) dispõe entre os itens 54 e 80A o conteúdo referente ao Balanço Patrimonial exemplificando as informações que devem conter em um balanço bem como a diferenciação entre Ativo/Passivo circulante e Ativo/Passivo não circulante. A norma dispõe sobre a necessidade de separação do ativo circulante e ativo não circulante, informando ainda que o Ativo Não Circulante deve ser subdividido em: realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. O item 66 da NBC TG 26 (R5) exemplifica os casos que configuram um ativo como circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfazer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TG 03), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

Referente ao passivo circulante, o item 69 da NBC TG 26 (R5) dispõe.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfazer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Para atendimento das necessidades de um indivíduo, que possui atividades financeiras menos complexas que uma empresa, para representar o patrimônio da pessoa física o balanço patrimonial pode assumir similaridades com o balanço utilizado pela pessoa jurídica, mas, de forma mais simplificada. A figura 2 apresenta um exemplo de como poderia ser feita a adaptação de um balanço patrimonial. Nota-se a retirada do subgrupo Investimentos

do Ativo Não Circulante, tornando-o um grupo mais abrangente dentro do Ativo e a eliminação dos subgrupos Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível.

**Figura 2 – Balanço Patrimonial – Pessoa Física**

BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL	
ATIVO	PASSIVO
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>
Dinheiro no bolso	Cartão de crédito
Saldo em conta corrente	Cheques pré-datados
Saldo em conta poupança	Impostos e taxas a pagar
Saldo em conta investimento	Aluguel e condomínio
<b>Total do Ativo Circulante</b>	Mensalidades escolares
	Mesadas para filhos
<b>INVESTIMENTOS</b>	Empréstimos a pagar
Empréstimo concedido à família	Financiamento do automóvel
CDB	Financiamento do imóvel
Fundo de renda fixa	<b>Total do Passivo Circulante</b>
Fundo de renda variável	
Ações investidas diretamente	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>
Clube de investimento	Cheques pré-datados
<b>Total de Investimentos</b>	Empréstimos a pagar
	Financiamento do automóvel
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	Financiamento do imóvel
Automóveis	Financiamento da moto
Imóveis	Financiamento do barco
Motos	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>
Barcos	
Coleções (jóias, quadros, etc.)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Outros	Ativo – Passivo
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>

Fonte: Ferreira (2006), adaptado por Souza (2014).

## 1.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta valores referentes às receitas e despesas da entidade ao longo do exercício, ao final desta apuração fica evidenciado se a empresa apresentou lucro ou prejuízo no exercício em questão. Segundo Montoto (2018, p. 825) “A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem por objetivo apresentar o resultado econômico de um exercício social, isto é, o lucro ou prejuízo contábil do exercício.” A Lei 6.404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações prevê no art. 187 as informações que uma DRE deve discriminar.

- I – a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, abatimentos e os impostos;
- II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III – as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;



- IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V – o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII – o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

A NBC TG 26 (R5) que trata da apresentação das demonstrações contábeis, entre os itens 81 e 105, apresenta as informações referentes à demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente, enquanto o item 82 complementa e reforça as solicitações de informações que devem conter uma DRE informadas na Lei 6.404/76.

O resultado da Demonstração do Resultado do Exercício compõe o Balanço Patrimonial por meio do Patrimônio Líquido, evidenciando o valor do Lucro ou Prejuízo Acumulado e em se tratando de pessoas físicas, as receitas de vendas e serviços podem ser entendidas como o valor oriundo do salário do indivíduo. Assim como o balanço patrimonial, a DRE passa por alterações para atendimento da realidade proveniente do menor grau de complexidade das atividades, conforme apresentado na figura 3 a seguir.

**Figura 3 – Demonstração de Resultado do Exercício – Pessoa Física**

<b>RECEITAS</b>
Salários
Aluguéis
Demais rendas
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>
<b>GASTOS FIXOS</b>
Plano de Saúde (médico e odontológico)
Pagamento de aluguel, condomínio e IPTU
Cuidados Pessoais (cabelo, unha, depilação e etc.)
Faxineira
Supermercado, padaria, feira
Roupas e calçados
Diversão
Tarifas Bancárias
Escolas
<b>TOTAL DOS GASTOS FIXOS</b>
<b>GASTOS VARIÁVEIS</b>
Manutenção, seguros e impostos de veículos
Conta de água, luz, telefone, gás
Combustível do carro
Outras despesas variáveis
<b>TOTAL DOS GASTOS VARIÁVEIS</b>
<b>GASTOS FINANCEIROS</b>
Tarifas Bancárias (IOF, CPMF)
Juros de empréstimos
Juros de financiamentos
Juros de cheque especial
<b>TOTAL DE GASTOS FINANCEIROS</b>
<b>= LUCRO OU PREJUÍZO</b>

Fonte: Cerbasi (2005), adaptado por Souza (2014).

Para melhor entendimento e aplicação, a demonstração do resultado do exercício torna-se o confronto direto das receitas com os gastos ocorridos durante o período sendo estes divididos em três grupos principais: fixos, variáveis e financeiros. Caso o valor encontrado seja positivo indicando lucro no período o valor deve ser transferido para a conta referente ao caixa ou equivalente. No cenário em que o valor encontrado seja negativo, indicando assim prejuízo, o valor deverá ser transferido para conta referente a dívidas no balanço patrimonial no lado do passivo.

### **1.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**

A demonstração do fluxo de caixa visa evidenciar as alterações que ocorreram no caixa, bem como em seus equivalentes, ao longo do exercício social. Entende-se como equivalente de caixa os valores dos saldos das contas do(s) banco(s) e aplicação financeira, sendo este último considerado quando tratar-se de aplicações que possuem liquidez imediata. A Lei 6.404/76 prevê no art. 188 os dados mínimos que devem constar em uma DFC.

As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos.

A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser feita através de dois métodos: o direto ou o indireto. A principal diferença entre os métodos está na apresentação da variação no grupo correspondente as atividades operacionais. Sobre esses métodos Marion (2009, p. 55) exemplifica “Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício)” e deve demonstrar segundo Montoto (2018, p. 941)

As origens das mudanças no saldo do Caixa. O usuário da informação precisa entender se o Caixa se alterou em função da atividade principal (operacional), se a alteração foi em função da compra ou venda de um imóvel (investimento), ou ainda, se o Caixa se alterou porque foi contratado ou pago um empréstimo (financiamento).

A NBC TG 03 (R3) dispõe sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa, reforçando e complementando as solicitações informadas na Lei 6.404/76. Nos itens 4 e 5, a norma aborda sobre os benefícios das informações referentes ao fluxo de caixa destacando que com esses dados é possível avaliar a capacidade da empresa de adaptação às mudanças devido as circunstâncias e oportunidades.

Em face ao atendimento de pessoas físicas, a DFC será obtida de forma direta por meio das movimentações do caixa e seus equivalentes de forma semelhante com a adaptação da DRE para pessoa física. Apresentando lucro ao finalizar a DRE, o valor encontrado deverá ser transferido para conta caixa ou equivalente para então seguir com o desenvolvimento do relatório. Em caso de prejuízo o relatório deverá ser desenvolvido considerando o saldo existente nas contas caixa e equivalentes.

Com a proposta de continuidade dos dados apresentados na DRE, a demonstração do fluxo de caixa utiliza os dados anteriormente obtidos e complementa em face das atividades de investimento e financiamento quando estas ocorrem, conforme modelo apresentado na figura 4 a seguir.

**Figura 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Pessoa Física**

<b>Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais</b>
Salários e demais Receitas
(-) Gastos Fixos
(-) Gastos Variáveis
(-) Gastos Financeiros
(=) Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais
<b>Fluxo de Caixa - Atividades de Investimento</b>
(-) Compra de Imóvel
(+) Venda de Imóvel
(=) Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Investimento
<b>Fluxo de Caixa - Atividades de Financiamento</b>
(+) Empréstimos Contratados
(-) Empréstimos Concedidos
(=) Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Financiamento
<b>Variação Caixa e Equivalentes</b>
(+) Caixa e equivalentes início do exercício
(=) Caixa atual

**Fonte: Elaborado pelo autor.**

### 1.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O ato de planejar consiste em determinar metas e elaborar planos para alcançar o objetivo inicialmente estabelecido. Planejamento segundo Calijuri (2005, p. 28) é “a primeira fase do processo de gestão e compreende objetivos e resultados que devem ser alcançados no longo, médio e curto prazo. É um processo que envolve avaliação e tomada de decisões em cenários prováveis.”

Para um planejamento possuir uma boa qualidade é extremamente importante o estabelecimento de objetivos claros e específicos. Arcuri (2018) aborda a importância de ter um objetivo para então trabalhar visando seu alcance, traçando metas de curtíssimo, curto, médio e longo prazos que podem ser vistas como “pequenos planos” para atingir o(s) objetivo(s), que geralmente são planos mais robustos e sem o qual não há base para o planejamento.

Ao planejar, além de estabelecer objetivos, é necessária uma análise do cenário em que se está inserido, o que é corroborado por Bitencourt (2004, p. 51) quando diz que

O planejamento é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização o indivíduo, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e pontos fracos, e, por essa consciência, estabelece o propósito de direção que a organização ou o indivíduo deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

O planejamento financeiro está ligado ao estabelecimento de objetivos e segundo Ferreira (1988, p. 10 e 11) “parte do pressuposto de que é necessário agir no presente, tomando atitudes, para que o futuro torne-se realizável, ou simplesmente que se aumente a probabilidade de ocorrência de resultados favoráveis.”

### 1.4 ORÇAMENTO FINANCEIRO

O orçamento financeiro está intimamente ligado ao processo de planejamento, incluindo as etapas de elaboração de objetivos e metas. Durante o planejamento, a entidade estabelece seu objetivo, geralmente algo mais robusto, direto e amplo e então estabelece suas metas para alcance deste objetivo. Durante esse processo deve ser levantada a questão financeira incluindo o quanto será gasto em cada etapa e se for o caso, a expectativa de retorno.

Segundo Sardinha et al. (2008, p. 57) “A elaboração do orçamento se dá antes do início do ano orçado, às vezes meses antes.” A principal razão desta antecipação é a necessidade de tempo para análise do processo e, segundo os autores, discussão, aprovação e distribuição para os setores da organização. O orçamento geralmente é anual e pode ser dividido em pequenos grupos como mensal, trimestral e semestral.

## 1.5 FINANÇAS PESSOAIS

A aplicação de conceitos financeiros e empresariais nas finanças de um indivíduo pode ser entendida como finanças pessoais e o controle e o planejamento dos gastos e receitas faz parte desta disciplina, o que é confirmado por Stumpf (2018) quando diz que toda e qualquer atividade ou ação do indivíduo que está relacionada a dinheiro compõe as finanças pessoais dele.

Partindo desse pressuposto entendemos que as finanças pessoais estão inseridas constantemente no dia a dia dos cidadãos, seja de forma consciente ou não. Finanças pessoais segundo Mallmann (2008, p. 12) pode ser entendida como:

O objetivo de maximização da riqueza do próprio indivíduo, através de decisões de investimentos, financiamento e consumo e de mitigação de risco, avaliando constantemente os fatores que envolvem risco e retorno, o equilíbrio na relação com os participantes e o alinhamento com os demais objetivos pessoais. Para tanto, se faz necessário o conhecimento de instrumentos financeiros e do mercado.

Logo as finanças pessoais estão relacionadas com a capacidade do indivíduo de gerir seu capital de forma a atender suas necessidades e anseios, utilizando-se de técnicas para acompanhamento de seu consumo, avaliação da necessidade ou não de financiamentos e tomada de decisão perante investimentos. Tais ações visam a potencialização do uso do capital disponível.

Poupança e investimentos estão relacionadas às finanças pessoais no que tange a gestão do capital geralmente ligado ao atendimento de uma ou mais vontades do indivíduo. Poupar popularmente está relacionado a “guardar o que sobra” da receita inicial obtida, geralmente fruto de salário mensal. Investir relaciona-se a aplicação de determinado valor em algum dos produtos de um portfólio financeiro.

De maneira geral investir pode relacionar-se com a poupança de modo que o valor poupado passa a ser investido, porém nem sempre esse é o cenário do indivíduo. Assim como se pode optar por primeiramente investir para então seguir com os gastos pessoais ou poupar

para então investir, neste segundo caso o sujeito pode se deparar com a realidade da maioria da população: não sobra para poupar e conseqüentemente investir, pelo contrário, encontra-se na situação em que as despesas são superiores as receitas, resultando assim no endividamento.

## 1.6 ENDIVIDAMENTO PESSOAL E INADIMPLÊNCIA

O endividamento nada mais é que um dos resultados possíveis oriundos da combinação de receitas e despesas. A condição essencial para o surgimento do endividamento é o cenário onde as despesas são superiores às receitas do indivíduo. Considerando a atual conjuntura de crédito no Brasil, com a possibilidade de parcelamento de compras devem-se considerar as parcelas a vencer de determinado item também como parte integrante do total da dívida. Na figura 5 abaixo, fazemos uma breve exemplificação.

**Figura 5 - Endividamento**

Março		Abril		Maio	
Salário	R\$ 1.000,00	Salário	R\$ 1.000,00	Salário	R\$ 1.000,00
Gastos	R\$ 600,00	Gastos	R\$ 500,00	Gastos	R\$ 400,00
Compra no valor de R\$ 900,00 parcelada em 3x	R\$ 300,00	Compra no valor de R\$ 900,00 parcelada em 3x	R\$ 300,00	Compra no valor de R\$ 900,00 parcelada em 3x	R\$ 300,00
		Compra no valor de R\$ 300,00 parcelada em 2x	R\$ 150,00	Compra no valor de R\$ 300,00 parcelada em 2x	R\$ 150,00
Dívida Considerada	R\$ 900,00	Dívida Considerada	R\$ 950,00	Dívida Considerada	R\$ 850,00
Dívida Acumulada	R\$ 1.500,00	Dívida Acumulada	R\$ 1.400,00	Dívida Acumulada	R\$ 850,00

**Fonte: Elaborado pelo autor.**

Considerando o cenário apresentado na figura 5, usualmente os indivíduos ao reduzirem seus gastos e considerarem somente o pagamento da parcela referente ao mês vigente, acreditam que estão em um cenário favorável para adquirir uma nova obrigação e assim seguem consumindo cada vez mais sem considerar as demais parcelas de suas obrigações. Caso se depare com algum empecilho como perda da fonte de renda principal (salário) ou gastos não previstos com saúde, automaticamente esses indivíduos encaram problemas para sanarem suas dívidas e assim tornam-se inadimplentes.

A inadimplência no país vem apresentando crescimento nos últimos meses e não apresenta sinais de queda, entretanto deve-se ressaltar que trata-se de um aumento tímido

oriundo da lenta recuperação da economia. Segundo Albuquerque (2019) para o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), senhor José Cesar da Costa, a recuperação da economia está mais lenta do que o esperado e a expectativa de recuo do índice de inadimplência está voltada para a partir de 2020. De acordo com a matéria, em comparação com o final do ano passado o índice de inadimplência subiu 9% no primeiro semestre de 2019, de acordo com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) tal variação é a segunda menor desde 2012, ano em que o crescimento foi de 5,8% no primeiro semestre.

Ainda segundo a pesquisa os principais gastos que cresceram na composição da dívida das pessoas físicas são as contas de água e luz com alta de 17,2% em relação a base anual de comparação e as dívidas bancárias (empréstimos, cartão de crédito, cheque especial e financiamentos) apresentando aumento de 2,7%.

## 1.7 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação é vista como o ato de instruir-se, de buscar conhecimento em determinada área para desenvolvimento intelectual. A OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*) em 2005 elaborou um conceito para Educação Financeira no qual consiste em defini-la como um processo em que os indivíduos melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros, riscos e conceitos. Assim, de posse dessa informação, com instruções e objetivos, é possível desenvolver habilidades e a confiança que precisa para tornar-se mais ciente dos riscos e oportunidades financeiras e tomar decisões claras fundamentadas em função do bem-estar financeiro.

Ainda em seu documento – *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, a OECD alerta que a educação financeira vai além do oferecimento de informações financeiras e conselhos, estabelece dentre os princípios, a necessidade de os programas para a educação serem focados nas prioridades máximas de cada nação.

Pode-se entender que o processo de educação financeira deve ser esclarecedor, porém não deve ser voltado somente para o consumo de produtos financeiros, o indivíduo deve ter capacidade de discernimento sobre os assuntos relevantes ao tema. Neste tocante ao abordar a educação em finanças pessoais, Saito (2007, p. 22) enfatiza a necessidade de cautela durante o processo afirmando que:

A Educação em Finanças Pessoais necessita ser um processo isento e não doutrinador, de forma a não transformar os indivíduos em meros consumidores de produtos financeiros, direcionados por determinadas instituições financeiras. Observa-se, portanto, uma preocupação em evitar que interesses privados norteiem a capacitação dos indivíduos, tornando-os desprovidos de potencial crítico.

Diante do exposto pode-se entender que a educação financeira não trata somente do “acúmulo de informações” referentes à temática e sim do entendimento destas informações para eventual aplicação na vida do indivíduo, visando a manutenção de seu patrimônio gerando seu bem-estar.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para desenvolvimento do trabalho apresentado foram realizadas pesquisas em diversos materiais relacionados ao tema, para Marconi e Lakatos (2010, p. 139) a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” E complementa, “toda pesquisa provoca levantamento de dados para auxiliar o desenvolvimento da ideia, esses dados podem ser obtidos de diversas fontes e os processos para obtenção de dados são a documentação direta e a documentação indireta.” (MARCONI e LAKATOS, 2014, p. 43).

Em relação aos objetivos esta pesquisa caracteriza-se como exploratória. Segundo Severino (2007, p. 123) “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.”

A abordagem qualitativa foi adotada para desenvolvimento da pesquisa, para Creswell (2014, p. 49) “a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/ teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa”. Para o autor a pesquisa qualitativa deve ser conduzida quando determinada questão ou problema deve ser explorado.

Diante de crescente popularização da temática, recentemente as finanças pessoais vêm abrindo espaço para debates, estudos e pesquisas e, para tanto, quanto aos procedimentos foi abordada a pesquisa bibliográfica pois melhor satisfaz as necessidades para desenvolvimento do artigo. Segundo Ruiz (2014) a pesquisa bibliográfica deve conter fontes e bibliografia referente à temática, descrevendo as fontes como os textos primários de



determinado tema e a bibliografia (2014, p. 58) afirmando que “é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, para refutá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto.”, que para Marconi e Lakatos (2014, p. 43) faz parte do processo de obtenção de dados por meio de documentação indireta pois os dados são coletados por outras pessoas, afirmando ainda que

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 166)

De forma geral o desenvolvimento do artigo foi feito por meio de pesquisa e leitura principalmente de dissertações e livros referentes aos assuntos, caracterizando assim uma pesquisa bibliográfica conforme exemplificado. O intuito foi fazer um levantamento de informações referente à temática sem quantificar as opiniões ou aplicação das técnicas apresentadas.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Dedicação e empenho para conhecimento e aplicação de técnicas contábeis como algumas demonstrações financeiras e demais técnicas de controle como planejamento e orçamento são características fundamentais para os indivíduos que pretendem adotar práticas contábeis para manutenção de seu patrimônio.

Conforme apresentado, a contabilidade é importante para gestão de empresas e é possível a aplicação de suas ferramentas no controle das finanças de indivíduos, onde este passa para o papel de protagonista onde atua como “sua própria empresa” e deve gerir os seus recursos da maneira mais proveitosa possível. Cabe ao único sócio desta empresa estudar, analisar e interpretar a origem e aplicação dos recursos.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o objetivo inicial, que foi apresentar ferramentas contábeis utilizadas no controle e gestão do patrimônio das empresas e viabilizar sua aplicação em conexão com a realidade de pessoas físicas, visando a manutenção do seu patrimônio foi atendido.

Conforme inicialmente idealizado, adaptações foram necessárias devido as diferenças entre os agentes como: porte, volume de atividades e grau de complexidade, porém a essência de cada ferramenta foi mantida. Em virtude da simplificação das técnicas, estas podem ser utilizadas de forma isolada ou conjunta conforme necessidade do indivíduo. Pode-se notar que ao serem trabalhadas de forma associada, as ferramentas apresentam maiores detalhes e se complementam.

Além da viabilização das demonstrações contábeis para aplicação, visando o controle financeiro pessoal, é necessário o entendimento e uso de conceitos como planejamento e orçamento que podem contribuir para mapeamento de gastos futuros. Em associação e aplicados continuamente, esses elementos contribuem para o desenvolvimento da consciência da situação financeira do indivíduo podendo ainda servir como estímulo para busca de mais estudos e assim levando ao início de sua educação financeira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as informações apresentadas pode-se notar a possibilidade da utilização da contabilidade para controle e auxílio das finanças pessoais. Conforme proposto nos objetivos específicos, com descrição das ferramentas contábeis utilizadas em empresas foi possível relacionar sua aplicação no controle do patrimônio de pessoas físicas e juntamente com a apresentação dos conceitos de planejamento e orçamento financeiro pôde-se entender a relação desses itens com as finanças pessoais. Além disto, é possível entender a necessidade do acompanhamento das finanças pessoais de um indivíduo para seu bem-estar financeiro levando assim ao cenário onde o endividamento é planejado quando necessário, porém sem riscos de inadimplência ou com estes riscos minimizados ou calculados.

Ultimamente as finanças pessoais vêm adquirindo mais visibilidade por parte da sociedade, é um avanço tímido, porém contínuo, atrelado principalmente ao avanço dos meios de comunicação e a democratização do acesso a informações. Diante da modernização da sociedade de forma geral, expandir o debate referente ao tema sobre finanças pessoais relacionando com outras ciências de forma que possam trabalhar conjuntamente e se desenvolver, aparenta ser um meio promissor de abordar a temática.

A contabilidade se mostra como uma ciência que possui diversos ramos e seu objeto permanece sendo o patrimônio, logo a relação entre essas duas áreas é viável de se explorar conforme exposto.

Para complementar o tema abordado poderiam ser feitas pesquisas com o intuito de padronizar a contabilidade destinada ao controle do patrimônio pessoal que permanece sendo algo pouco explorado. Além de pesquisas com este objetivo, em futuros trabalhos os métodos apresentados poderiam ser aplicados em voluntários por períodos determinados de forma que inicialmente fosse feito um levantamento dos gastos e receitas antes da utilização das técnicas, apresentado como foi feito o processo referente ao planejamento e orçamento informando valores conforme a realidade do indivíduo e o impacto da implementação das técnicas no controle dos gastos e receitas e acompanhamento do patrimônio.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Inadimplência do consumidor cresce 0,9% no primeiro semestre de 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-07/inadimplencia-do-consumidor-cresce-09-no-primeiro-semester-de-2019>. Acesso em: 20/09/2019.

ARCURI, Nathalia. **Me Poupe!** 1. ed. – Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais.** 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6506>. Acesso em: 03/09/2019.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16404consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm). Acesso em: 08/09/2019.

BRASIL. Lei 11.941/09, de 27 de maio de 2009. **Dispõe sobre a legislação tributária federal.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm). Acesso em: 06/09/2019

CALIJURI, Mônica Sionara Schpallir. **O papel do controller: um estudo no contexto brasileiro.** 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1759>. Acesso em: 03/09/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 03 (R3) – **Demonstração dos fluxos de caixa.** Brasil. 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em: 18/09/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 26 (R5) – **Apresentação das demonstrações contábeis.** Brasil. 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em: 18/09/2019.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. ed. – Porto Alegre: Penso, 2014.

FERREIRA, Maria do Carmo Ribeiro Schwandner. **Orçamento: um instrumento de planejamento e controle.** 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5106>. Acesso em: 09/09/2019.

MALLMANN, Fernando S. **Finanças Pessoais – quanto, aonde e como investir.** 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16624>. Acesso em: 20/09/2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada esquematizado**. 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/publicationsdocuments/bestpracticesguidelines/4/>. Acesso em: 20/09/2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 29. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/pt-br.php>. Acesso em: 20/09/2019.

SARDINHA, J.C.et. al. **Orçamento e controle**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria de Lourdes da. **Contabilidade Pessoal: uma proposta para contabilização do patrimônio das pessoas físicas**. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/125969>. Acesso em: 03/09/2019.

SILVA, Rogerio da; SILVA, Leanilde Nascimento e. **Balanco Patrimonial – Alterações de acordo com a Lei Nº 11.941/09**. In: Anais Inovação, Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade. Anais. Tangará da Serra (MT) UNIC TANGARÁ, 2016. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/JOEP/33671-BALANCO-PATRIMONIAL---ALTERACOES-DE-ACORDO-COM-A-LEI-N%3f-1194109>>. Acesso em: 06/09/2019.

SOUZA, Jéssica Colombo de. **Manual de Finanças Pessoais: maneiras de gerenciamento das finanças pessoais para a formação de patrimônio**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3200>. Acesso em: 29/10/2019.

STUMPF, Kleber. **Conceito de Finanças Pessoais**. 2018. Disponível em:  
<https://www.topinvest.com.br/conceito-de-financas-pessoais/>. Acesso em: 20/09/2019.